

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Uma nova ruralidade.

Francinézio Lima do Amaral y Thezerinha de Jesus Pinto Fraxe.

Cita:

Francinézio Lima do Amaral y Thezerinha de Jesus Pinto Fraxe (2009). *Uma nova ruralidade. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/703>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Uma nova ruralidade

Francinézio Lima do Amaral¹

Thezerinha de Jesus Pinto Fraxe²

RESUMO

As estruturas estruturadas através de um *habitus rural* amalgamaram-se de forma estruturante na transformação de um *habitus híbrido* no decorrer do processo de mobilidade social de áreas rurais para áreas urbanas, a partir da expansão territorial e econômica que re-configuraram o espaço na cidade de Manaus? Essa é a questão central de nosso estudo, que tem por objeto o estudo do modo de vida de um grupo de famílias de produtores de hortaliças que constituem - em um bairro da periferia da cidade - um espaço rural, a localidade conhecida como Comunidade Agrícola Nova Esperança. É esse hibridismo social, econômico, político e cultural que acreditamos ser relevante na discussão sobre as atuais configurações entre espaço urbano e espaço rural dentro da perspectiva da configuração de novas ruralidades. Sendo assim, a partir da compreensão do processo de formação desse espaço *híbrido* entre campo e cidade poderemos perceber de maneira mais clara o *habitus* que determina o modo como vivem as famílias de produtores de hortaliças, bem como as relações que atualmente regem a dinâmica social em que se encontram inseridos.

¹ Cientista Social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas - FAPEAM.

² Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Palavras-chave: novas ruralidades, *habitus*, mobilidade social.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Inicialmente, e por uma questão metodológica, apresentamos aqui as principais referências teóricas que nortearão este estudo, bem como a contribuição de cada uma para a compreensão do objeto proposto. Uma vez que nosso objetivo é caracterizar o modo de vida de um grupo social determinado, teremos como guia os ensinamentos de Pierre Bourdieu, tomando-lhe de empréstimo o conceito de *habitus* e suas relações com o campo social em que se insere. Porém, para se entender tal modo de vida, precisamos indicar a associação da idéia de “nova ruralidade” ao fenômeno social de que trata o estudo bem como as atuais relações entre o que é entendido como urbano, como rural e o que está sendo entendido como uma relação híbrida entre estes, observada *in lócus*, apoiado, principalmente, nos argumentos de José Eli da Veiga José Graziano da Silva.

Já para compreender o processo de mobilidade tanto territorial, quanto do trabalho que fora promovido por tal grupo social e para tanto, os ensinamentos de Jean-Paul de Galdemar serão primordiais. Por sua vez, ao estudarmos a formação e transformação espacial que consolidou a localidade onde vive este grupo social utilizaremos as contribuições teóricas de Milton Santos e Yi-Fu Tuan, a partir de suas análises das categorias espaço e lugar. As demais contribuições teóricas que aparecerão ao longo do estudo orbitam em torno dessas teorias guias.

O ponto de partida, de nossa exposição é, portanto, uma contextualização do que vem sendo entendido por alguns autores como “nova ruralidade”. Essa contextualização se faz necessária, principalmente, devido às diferenças encontradas entre as características percebidas no processo de formação do *lócus* de nosso estudo, e que está intrinsecamente ligado ao modo de vida das famílias que o constituíram, e alguns exemplos observados em outros trabalhos que trataram da “nova ruralidade” em outros estados da região Norte e em outras regiões do País. Tal distinção se reflete nas motivações levadas a cabo nesse processo e que, na maioria das vezes baseou-se nas questões fundiárias, através das lutas por uma reforma agrária, em movimentos migratórios para a exploração de recursos naturais, etc., mas que no caso estudado apresenta outras motivações, quais

sejam, *a priori*, uma das principais estratégias para o rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização envolvidos na produção de hortaliças.

Em seguida, a partir da análise da mobilidade desse grupo social, será possível caracterizar os tipos de mobilidades territoriais e do trabalho (se sazonal ou permanente) que essas famílias realizaram no decorrer do processo de formação da localidade denominada Comunidade Agrícola Nova Esperança, um núcleo rural inserido no espaço urbano, qual seja o complexo Jorge Teixeira, Zona Leste da capital. O entendimento desse processo nos ajudará a perceber os níveis das relações econômicas entre os produtores de hortaliças e o mercado local.

As categorias de espaço e tempo, por sua vez, nos permitirão perceber de que forma se deu o processo de estruturação espacial da localidade, destacando aí, as possibilidades de rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização das mercadorias produzidas pelas famílias que residem na Comunidade Agrícola Nova Esperança, no caso, a produção de hortaliças, a partir da aproximação destes com o centro consumidor, a cidade de Manaus. Buscaremos evidenciar também, e na medida do possível, os significados que o espaço e o lugar da Comunidade Agrícola Nova Esperança tem na vida daquelas famílias. É preciso ressaltar, que os dados empíricos fornecidos neste primeiro capítulo foram parcialmente analisados, o que pode ocasionar mudanças em sua interpretação no decorrer do estudo, mas que não impedirão uma caracterização consistente da Comunidade Agrícola Nova Esperança que permitirá a percepção do *hibridismo* que já fora referido anteriormente.

A partir de então, evidenciaremos, já na segunda parte do estudo, alguns aspectos da produção dessas hortaliças, os motivos da escolha dessa e não de outra atividade econômica como vetor principal da subsistência das famílias, as dificuldades de produção, bem como as estratégias de distribuição adotadas pelos produtores. Outro aspecto importante a ser abordado diz respeito às dificuldades em relação à posse da terra, um dos motivos que mais atrapalham a produção de hortaliças das famílias da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Nesse momento serão mais bem evidenciadas as distinções entre a forma de ocupação daquela área e outras das demais regiões do país que se relacionam mais com os movimentos que buscam a Reforma Agrária. Também serão evidenciados os reflexos dessa produção na economia local.

Enfim, na terceira e última parte do estudo, se tornará possível identificarmos o *ethos*, o gosto e o estilo de vida no *modus operandi* que conforma o *habitus* dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Veremos, então, como se processaram as alterações que

levaram diversas famílias a se deslocarem do interior do estado do Amazonas para a periferia da cidade de Manaus, constituindo nesta, uma localidade urbana que vive, economicamente, da produção de hortaliças, dando origem a um *habitus híbrido* que revela, entre outras coisas, a necessidade de olhares e ações mais específicas que possibilitem a consolidação e, quiçá, a expansão desse modo de vida.

1. AS EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA RURALIDADE”.

1.1. CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO.

Antes de realmente nos atermos nas questões que envolvem as “novas ruralidades”, façamos um breve, mas importante, comentário a respeito das noções sociológicas dos conceitos de campo e de cidade, as normas que são adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para definir o que é rural e o que é urbano no Brasil. A partir de então, será possível fazer um panorama da maneira como vêm sendo tratadas as questões que abordam a existência de um novo modelo de ruralidade no Brasil e as características da “nova ruralidade” percebida na Comunidade Agrícola Nova Esperança.

As ciências sociais, em seu período clássico, nos séculos XIX e XX, sempre trataram as relações entre campo e cidade como duas realidades sociais distintas que travavam uma espécie de disputa desigual onde de um lado, tínhamos o campo, atrasado tecnologicamente e economicamente, fadado a ceder lugar à cidade, legítima representante do progresso capitalista. Nesse sentido o conceito de rural limitava um determinado espaço geográfico a partir de características como a atividade agropastoril, a baixa tecnologia e o modo de vida simples de sua população, o que representava o velho, o atraso em relação ao “progresso” representado pelas cidades “ditas” urbanas, com intensa atividade econômica e alta tecnologia representada pelas indústrias e pelos serviços, e pelas relações sociais complexas das pessoas que a habitavam, enfim, o novo.

Tal visão clássica ainda ocupa lugar relevante em muitos estudos que abordam a relação entre rural e urbano, ou campo e cidade, de forma que quase sempre a definição predominante é aquela que coloca o rural como o velho, o superado e o urbano como o novo, o progresso inevitável. Mesmo assim, a partir de meados do século XIX a ideia de que o rural sucumbiria em seu atraso e daria lugar ao urbano começa a ser substituída pela ideia de urbanização e

modernização do campo ao invés de substituí-lo. Começam, então, os investimentos em maquinarias, infra-estrutura, transporte e comunicação, bem como as preocupações com a sustentabilidade do meio ambiente. Essas mudanças dão origem ao que (SILVA, 1999) chamou de *novo rural* e passaram a chamar atenção para um *novo paradigma*, caracterizado, entre outras coisas, não apenas pela mobilidade no sentido campo-cidade, continuou a existir, mas pela fixação dos camponeses no próprio campo e pelo movimento de cidadãos rumo a esse campo que passa a apresentar uma multifuncionalidade do mercado de trabalho, principalmente através de novas demandas de serviços como o comércio, o turismo, o artesanato, o lazer, etc. (SILVA, 1999).

Como é possível perceber, “novo rural” ou “nova ruralidade”? Enquanto conceito, refere-se primordialmente às alterações sofridas pelo mundo rural a partir da expansão do modo de produção capitalista, mas que não corresponderam exatamente ao que vinha sendo projetado nos escritos das ciências sociais clássicas, ou seja, a substituição do campo pela cidade. O que se observou é que tal substituição não seria possível e que o campo, mesmo ainda sendo considerado o lugar do não-progresso, demonstrou ter papel vital para a sobrevivência do próprio modo de produção capitalista. A prova disso se fez na multifuncionalidade apresentada pelos espaços rurais, que já combinavam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, e que permitiram uma associação com outras atividades típicas das áreas urbanas de forma a propiciar novas demandas de trabalho (SILVA, 1999).

No Brasil, as características de uma “nova ruralidade” seguiram, respeitando as devidas proporções, a idéia de modernização do campo realizada pelos países desenvolvidos. No entanto, se entre estes países tal modernização proporcionou um avanço considerado em relação às possibilidades de elevar a qualidade de vida através de uma melhor organização das atividades rurais quer fossem agrícolas ou não-agrícolas, através de associações e sindicatos com forte representação política, no Brasil essa modernização tomou a forma de investimentos concentrados no agronegócio, na manutenção de latifúndios e em fracas ou quase inexistentes políticas de Reforma Agrária, resultando na continuidade da concentração das riquezas.

É possível observar então, que mesmo que as zonas rurais brasileiras apresentassem as características de multifuncionalidade, com variadas atividades agrícolas e não-agrícolas, apenas as atividades agrícolas de grande porte receberam investimentos e incentivos, tornando os pequenos lavradores, artesão, pescadores, etc., fadados a sobreviverem apenas de seu auto-sustento. Mesmo quando as atividades de prestação de serviços como o turismo começam a ganhar incentivos e

investimentos continuaram a manter a idéia de concentração, haja vista que esse ramo de negócios parte na grande maioria das vezes de empreendedores das cidades. Porém, todos esses fatores revelam a proximidade entre campo e cidade ou zona rural e zona urbana, pois é possível observar que mesmo de maneira desigual, do ponto de vista econômico, vê-se claramente o fenômeno que melhor caracteriza a existência de uma “nova ruralidade”, qual seja a multiplicidade de atividades econômicas que permitem um estreitamento da “fronteira”, se é que ainda pode existir, entre o mundo rural e o mundo urbano.

É justamente com relação a essa idéia de divisão territorial entre zona rural e zona urbana que as contribuições de VEIGA (2003) nos trazem a possibilidade de uma visão crítica de como essas questões vêm sendo tratadas não apenas pela Geografia, mas pelas demais Ciências Sociais, uma vez que quase todos os trabalhos referentes a esse tema têm como principal fonte apenas os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Isso porque ao que parecem, as metodologias até então utilizadas em suas coletas censitárias revelam, de acordo com VEIGA (2003), uma preocupação exacerbada em tornar o território nacional essencialmente urbano, industrializado, moderno, como se as características rurais fossem sinônimo de atraso, fato que já evidenciamos anteriormente. O resultado disso é traduzido numa urbanização forçada que classifica como cidade qualquer aglomerado humano com mais de 10 mil habitantes (VEIGA, 2003), prejudicando sobremaneira as possibilidades de equilíbrio na distribuição não de riquezas, mas de possibilidades menos desiguais de produzi-las.

Quando se concentra a análise de “novas ruralidades” nas peculiaridades da Amazônia, região que apresenta uma amplitude significativa em relação as características rurais, percebe-se que outras expressões de trabalho se juntam àquelas já citadas âmbito das multifuncionalidade. Entram em evidência a pesca, a caça, o extrativismo vegetal e a mineração que na grande maioria das vezes se combinam entre si das mais variadas formas. Nesse sentido, a idéia de uma urbanização “forçada” vem à tona novamente, pois temos de um lado os dados censitários da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, que indicam considerável crescimento da população urbana na Região Norte, no Amazonas e em cidades como Manaus, mesmo que as características sociais, econômicas e culturais dessas ditas “cidades” revelem o contrário, com a exceção da capital amazonense que mesmo com o *status* de “metrópole” ainda apresenta uma população rural de significativa relevância, que cresceu 7,36% entre 1991 e 2000, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus (2006).

No estado do Amazonas, por exemplo, mesmo que o crescimento urbano tenha sido maior que o crescimento rural, a maioria das localidades dos municípios do interior são classificadas como cidades, segundo os dados censitários de 2000, o que contraria àquelas características sociais, econômicas e culturais já citadas anteriormente que evidenciam um modo de vida bastante diferente do modo de vida urbano. Nem por isso, essas diferenças representam uma inviabilidade de convivência já que é muito comum encontrarmos famílias que moram um período na zona urbana e outro na zona rural. É o caso, por exemplo, da relação entre a capital Manaus e alguns municípios circunvizinhos como Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, entre outros.

Apesar desses municípios possuírem uma sede dita “urbana”, estas geralmente são de pequeno ou médio porte e têm a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal, o artesanato e o turismo como as principais atividades econômicas. Porém, praticamente toda sua produção vem das comunidades que compõe o interior desses municípios, ou seja, das suas zonas rurais, evidenciando a estreita relação entre o rural e o urbano. Geralmente, essa relação mostra alto grau de dependência da zona rural pela zona urbana, principalmente em relação ao escoamento de sua produção. Essas evidências contribuem sobremaneira para trazer à tona as discussões sobre a atual eficácia das definições de espaço rural e espaço urbano que sobrepõem questões geofísicas e políticas em detrimento de questões sociais e culturais.

Segundo VEIGA (2003) é equivocado imaginar que “o mundo rural possa ser reduzido à sua dimensão agropastoril” (p. 88) e por isso contesta a forma como o órgão oficial, no caso o IBGE, classifica os municípios do território nacional, originando o que ele chamou de “cidades imaginárias”. Para ele, as características rurais não podem ser entendidas como atraso social e econômico, mas, ao contrário, um redimensionamento dessa classificação propiciaria a criação e execução de políticas públicas mais eficientes no que tange a realização de uma reforma mais agrária e menos agrícola (VEIGA, 2003). Essa idéia reflete principalmente as ações das políticas governamentais realizadas pelo Estado que em nome de uma promessa de Reforma Agrária concentrou essas ações apenas em investimentos nos agronegócios e insuficientes estratégias de assentamentos de produtores rurais, mantendo uma estratégia que privilegia a concentração desigual das riquezas.

O que foi comentado aqui até agora, revelou que as análises realizadas sobre a relação entre rural e urbano e a emergência de uma “nova ruralidade” de uma maneira ou de outra trataram, e vem tratando, o assunto dando a entender que tanto numa visão clássica, quanto numa visão

moderna essa relação se movimenta sempre no sentido do urbano para o rural, da cidade para o campo. Mesmo quando se trata das concepções de uma “nova ruralidade”, que estreitou sobremaneira tal relação, vê-se que se de um lado o mundo rural se diversifica em atividades econômica, do outro o mundo urbano se infiltra também de inúmeras maneiras, contribuindo para acelerar as mudanças no espaço rural, mesclando-se. Sabendo que dificilmente este estudo contenha algo de inédito, o que justifica a empreitada é justamente o fato de se tratar de um movimento contrário àquele citado anteriormente. Mas, que movimento é esse, então?

Trata-se, de um movimento do rural em direção ao urbano. Mas não apenas nos moldes do já conhecido êxodo rural, onde famílias interioranas deixam seu lugar, seus costumes, seu trabalho e partem em direção às cidades, pequenas ou metrópoles e passam a adotar outros lugares, outros costumes, outras identidades, e a desempenhar variados tipos de atividades econômicas, deixando para trás parte significativa de suas vidas. Trata-se, ao contrário, de um movimento específico de várias famílias que deixaram sim, os lugares onde viviam rumo a outro, com maiores possibilidades de obter qualidade de vida através do trabalho, mas não o trabalho comum da cidade e sim uma oportunidade singular de reproduzir, noutro lugar, o meio urbano, parte significativa de seu *habitus* rural. Esse é o caso das famílias que deixaram algumas localidades do interior do Amazonas e se agruparam na Zona Leste de Manaus onde deram origem à Comunidade Agrícola Nova Esperança, uma espécie de “roça urbana” que produz diversos tipos de hortaliças que abastecem boa parte do mercado local.

A afirmação acima ajuda a entender um pouco da complexidade inerente ao *lôcus* do estudo aqui empreendido, haja vista que o fato de exercerem uma atividade tipicamente agrícola não permite, por si só, definir tal localidade como um “espaço rural”. Ao mesmo tempo, também não seria totalmente correto afirmar que se trata de um “espaço urbano” já que nele não se encontram a maioria dos equipamentos sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, etc.) necessário para tal classificação. Resta-nos, então, entendê-lo a partir de seu hibridismo e buscar identificar de que forma se tornou possível transformar tal espaço em lugar propício para se viver. Em relação a adoção do conceito de “nova ruralidade” como tema do estudo, é possível dizer que este apresenta certa particularidade em relação à forma como foi e vem sendo trabalhado em outras ocasiões, apesar de também levar em conta o processo de expansão territorial e econômica da região amazônica, do estado do Amazonas e da cidade de Manaus. Tais particularidades aparecem a partir do momento em que trazemos o conceito de uma “nova ruralidade” para dentro do espaço definido como urbano, ao evidenciarmos uma situação de hibridismo entre tais espaços,

proporcionada pela existência de certo número de produtores de hortaliças – uma atividade evidentemente rural – circundados por bairros urbanos e que com estes mantêm uma relação social íntima.

Quando se observa à expansão territorial da cidade de Manaus, percebe-se que tal processo obedeceu, de certo modo, à formação comum das cidades modernas. Ou seja, é uma unidade geográfica, ecológica e econômica onde indivíduos compartilham de conveniências sociais e dispositivos administrativos sob um estatuto que regula suas relações de forma a mantê-las equilibradas. É geográfica porque ocupa um espaço determinado da superfície terrestre, é ecológica porque possui forças que operam de forma a ordenar a relação entre sua população e suas instituições e equipamentos, e é econômica porque funciona administrativamente a partir de uma divisão do trabalho. Esse fenômeno é mais bem observado não em termos da divisão da cidade em zonas geográficas, mas pela aglutinação de sua população. Temos, então, que essa distribuição direcionou para as zonas Norte e Leste (as que têm o maior território e a maior densidade demográfica, juntas) a maioria da população de menor poder econômico e que ocupam os ofícios de baixa remuneração e pouca escolaridade, e que têm relativa proximidade com Distrito Industrial e com as maiores áreas verdes da cidade.

Se por um lado os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus (2006) indicam que os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança são moradores da zona urbana da cidade de Manaus, haja vista que esta se encontra situada entre os bairros Valparaíso, Colônia Chico Mendes, Cidade Alta e João Paulo II, que formam parte do complexo Jorge Teixeira, fazendo fundos com a Reserva Biológica Adolpho Ducke, por outro é impossível desconsiderar o fato deste grupo social determinado apresentar uma dinâmica social própria que merece atenção por ter se configurado fora dos padrões de mobilidade social, geralmente observados no percurso campo/cidade, além de evidenciar a necessidade de novas articulações por parte dos órgãos públicos na promoção de políticas públicas adequadas a essa nova demanda social. Nosso estudo difere, portanto, de tantos outros que trabalharam como o conceito de “novas ruralidades” a fim de dar conta de certas demandas de cunho mais macro, contudo, acreditamos que ele mantém o propósito de evidenciar a importância que deve ser dada ao fenômeno social que revela o hibridismo entre rural e urbano, que vem tomando grandes proporções em todo o território nacional, principalmente nas duas últimas décadas do século XX.

Ainda tomando como exemplo os escritos de Veiga (2003), que versam sobre a forma como os países desenvolvidos estabeleceram uma relação econômica e social harmônica entre o espaço rural e o espaço urbano fica evidente, respeitadas as devidas diferenças, que a relação híbrida entre esses dois espaços é uma realidade, mas, a maneira como tal hibridismo responderá às expectativas dos indivíduos em relação à qualidade de vida almejada, no caso em questão, vai depender em grande parte da capacidade destes mesmos indivíduos de articularem as estratégias necessárias ao reconhecimento da importância dessa atividade, qual seja a produção de hortaliças, para a economia municipal e estadual, e consolidará o modo de vida das famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

1.2. TRAÇOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA NA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE AGRÍCOLA NOVA ESPERANÇA.

A seguir, será apresentada uma descrição tanto territorial quanto social do *lôcus* onde se realizou o estudo para que o objetivo de entender o modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança comece a ser concretizado. Vale lembrar nesse momento que os dados que serão apresentados foram parcialmente analisados, haja vista que o estudo ainda não está totalmente concluído. Começemos, então pela sua localização geográfica. Será possível perceber que as próprias informações oficiais (tanto dos órgãos municipais, quanto dos estaduais) são contraditórias em alguns momentos, o que dificultou uma melhor definição do local.

Esse fato se explica quando se cruzam as informações do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas – IDAM, órgão estadual e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que definem a área apenas como o bairro Jorge Teixeira, subdividido em quatro etapas e que ocupa uma área que se limita com o Bairro Cidade Nova (na Zona Norte), o Distrito Industrial e o Bairro Tancredo Neves, e do Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB, órgão municipal que considera como bairros e comunidades as várias subdivisões existentes dentro da área do Jorge Teixeira como os bairros Cidade Alta, Valparaíso, Colônia Chico Mendes, João Paulo II, Aliança com Deus, etc.

1.2.1. O Bairro Jorge Teixeira

Segundo as poucas informações que podem ser obtidas junto ao Instituto municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB, o bairro Jorge Teixeira foi criado pelo então Prefeito de Manaus Artur Virgílio Neto no dia 14 de março de 1989, resultado de reivindicações promovidas por movimentos sociais liderados pela Igreja Católica e por Partidos Políticos que defendiam as causas populares. A principal ação desses movimentos era a ocupação de áreas particulares ou públicas que eram consideradas ociosas ou improdutivas e a criação do bairro foi uma tentativa de conter essas ações e organizar o processo de ocupação, que se deu a partir da criação de loteamentos tanto pela prefeitura, quanto por particulares que vendiam à preços bastante acessíveis às famílias ditas “de baixa renda”. Todo esse movimento de ocupação foi facilitado pela concretização da Avenida grande Circular, hoje Avenida Autaz Mirim, que liga os bairros do São José e Cidade Nova.

Em poucos anos o bairro se expandiu de tal forma que não foi mais possível o controle por parte dos órgãos públicos e as ocupações tomaram conta de todo tipo de terrenos, a grande maioria impróprios para a construção de moradias. Surgiam a cada novo processo de ocupação, novas nomenclaturas para identificá-las e assim o bairro passou a ser subdividido em quatro etapas: Jorge Teixeira I e II, mais os bairros João Paulo I e II e Santa Inês, Valparaíso e Colônia Chico Mendes, além dos ramais do Brasileirinho e do Pau Rosa, resultando numa área de 10,4 Km² e uma população de 78.631 mil habitantes, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus, 2000.

Pode-se dizer que o fenômeno relativo à existência de vários “bairros pequenos” dentro de um “bairro maior” se deve ao fato destes serem originários das sucessivas e heterogêneas ocupações da área, ou seja, a cada nova área ocupada um novo “batismo” para identificar seus ocupantes. E essa preocupação com a identidade do lugar também revela algo do *habitus* (que será mais bem estudado em capítulo específico) dos grupos sociais que se aglutinaram naquela área, haja vista que também é comum encontrarmos entre a população ribeirinha, pequenas comunidades formadas a partir, por exemplo, de desavenças familiares e religiosas, e contratos sociais para o uso dos recursos naturais³, note-se que a imensa maioria desses grupos sociais é oriunda do interior do estado. Ainda se revela aí, a importância atribuída ao lugar de pertença, importante para a consolidação das relações sociais como veremos mais adiante, a partir das contribuições de SANTOS (1985).

³ Ver FRAXE (2000).

1.2.2. Caracterização da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

Como indicado anteriormente, a área onde está localizada a Comunidade Agrícola Nova Esperança é basicamente formada por pessoas que deixaram o interior pela à capital, ou, melhor ainda, deixaram a zona rural pela à zona urbana. Porém, quase a totalidade dessas pessoas teve de adaptar seu modo de vida às necessidades e exigências da cidade. Mudaram as vestimentas, a alimentação, a educação, a relação com a natureza e, principalmente, a atividade econômica. Alguns se empregaram nas fábricas do Pólo Industrial, caminho mais comum e mais almejado pela maioria, outros se tornaram comerciantes, camelôs e motoristas de transportes alternativos (lotação e moto-táxi), dentre outras inúmeras atividades que expandiram consideravelmente o setor de prestação de serviços e o trabalho informal da cidade⁴. Porém, mesmo se enquadrando como mais uma atividade econômica informal dentro do setor de prestação de serviços as famílias que conformam a Comunidade Agrícola Nova Esperança diferem das demais justamente porque conseguiram associar seu modo de vida rural ao modo de vida urbano, inaugurando, como já mencionado, um *habitus híbrido*.

Trata-se de um espaço constituído por produtores rurais que começaram a ocupar, a partir de 1993, uma área cujo título da terra,

... ainda pertence à Empresa de Plantações S.A, de propriedade da família DAOU, que depois alguns anos e com o aumento do número de famílias e da atividade de produção de hortaliças, abriu mão dos direitos da terra, mas a prefeitura não quer liberar pra gente poder legalizar a situação (Sr. Manoel Costa, 64, produtor de hortaliças).

Como visto, a falta do título definitivo da terra é um dos maiores empecilhos para os produtores de hortaliças, principalmente porque

⁴ A esse respeito ver SINGER (1976)

...que os terrenos são muito grandes e de tamanhos variando em média de 0,5 a 1 hectare e eles querem que tudo tenha o mesmo tamanho, mas aí num dá pra produzir nada (Sr. Manoel Costa, 64, produtor de hortaliças).

Esse fato vai merecer atenção específica quando for tratada a questão da produção das hortaliças. O importante salientar aqui é que essa área configura uma espécie de núcleo rural dentro da cidade, daí a idéia de classificá-la como uma grande “roça urbana” ou um espaço “rurbano” como o fez SILVA (1999). De acordo com as informações dos moradores essa “roça urbana” começou a ser constituída de maneira semelhante às demais ocupações da cidade, porém, por volta de 1996, chegou naquela área um migrante nordestino, vindo do estado do Maranhão, que procurava uma área para a criação de gado que fosse próxima da cidade e ali se instalou. Logo percebeu que sua idéia era inviável e começou, então a cultivar, ainda que de forma tímida, algumas espécies frutíferas, além de mandioca. Nesse mesmo período, chegavam à área algumas famílias vindas da zona rural dos municípios de Iranduba e Manacapuru, principalmente da Ilha da Marchataria, Xiborema Catalão, uma área que já era conhecida como *cinturão verde* por ter como principal atividade econômica a produção de hortaliças, especialmente o coentro, a cebolinha e a chicória. É aí que uma dessas famílias decide fazer a primeira horta, plantando também as mesmas espécies de hortaliças que já cultivavam, aproveitando o solo arenoso e úmido do local.

Bastaram os primeiros sinais de a produção iria *vingar* para que outros vizinhos se interessassem em também iniciar sua própria produção, inclusive, o migrante nordestino que queria criar gado e que atualmente é um dos mais bem sucedidos produtores da área. Iniciou-se, então um período de intensa e rápida mobilidade social, haja vista que a notícia da existência de “*uma terra boa p’ra plantá*” dentro da cidade atraiu muitos agricultores que não conseguiam mais sobreviver econômica e socialmente na zona rural, especialmente os parentes daqueles que por aqui já haviam se instalado. Vemos, então, uma mobilidade que não se limitou apenas aos municípios circunvizinhos de Manaus, mas ocorreu tanto em outros municípios mais distantes quanto de outros estados do País.

É importante ressaltar que essa iniciativa se tornou bem sucedida principalmente pela associação feita entre àquelas primeiras famílias em prol do fortalecimento da produção de hortaliças, uma vez que nem todos dominavam as técnicas desse cultivo, revelando aí uma

característica bastante comum entre as pessoas de origem rural que é a ajuda mútua. As figuras abaixo permitem entender de forma mais clara porque a área chamou a atenção para a necessidade desse estudo, pois mostra a íntima relação entre um espaço tipicamente rural e outro urbano, co-existindo simultaneamente. A primeira delas mostra a área total da Comunidade Agrícola Nova Esperança inserida dentro do grande bairro, no caso o bairro Jorge Teixeira.



Figura 1. Localização da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Fonte: Geo-Processamento – IPAAM/2009.

Como é possível perceber na figura 1, trata-se de uma área grande, com terrenos que possuem, em média, entre 0,5 e 1 hectare e que se concentram, em sua maioria, na parte mais baixa do relevo formando uma espécie de “Y” invertido. Existem, porém, em menor número, terrenos que podem ser encontrados fora dessa concentração, na parte mais elevada (à direita da figura), misturados a outros com características de sítios residenciais que não participam do processo produtivo e que se pertencem a famílias que se instalaram algum tempo depois dos produtores de hortaliças, por isso não compuseram a amostra da pesquisa.

A figura 2 mostra o setor sudeste da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Nela percebe-se a estreita relação entre a área dita rural, representada pelas hortas e a área considerada urbana, representada, nesse caso pelo bairro Valparaíso, reforçando a ideia do hibridismo entre os

dois espaços já que as relações sociais entre eles são contínuas e em alguns momentos, difícil de determiná-los.



Figura 2. Setor sudeste da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Fonte: Geo-Processamento – IPAAM/2009.

Na visualização da figura 2 pode não parecer difícil, *a priori*, determinar o que é rural e o que é urbano, porém, uma definição precipitada pode levar apenas a uma compreensão superficial da realidade do local, o que dificulta sobremaneira o entendimento das relações sociais ali engendradas. É justamente quando se observam essas relações sociais de maneira mais detalhada que se percebe o hibridismo entre os dois espaços, caracterizado principalmente pela forma como se complementam. Essa complementaridade primeiramente se revela quando temos de um lado comércios, escolas, “casinhas de saúde”⁵, telefones públicos, ônibus, “lotação”⁶, etc., e de outro não só o distribuidor de hortaliças para os comércios e para os consumidores finais, mas que também emprega muitos moradores dos bairros adjacentes, convivendo harmoniosamente.

Mas antes de aprofundar as questões sobre a utilização dos espaços e a constituição dos lugares (SANTOS, 1985), é preciso entender o processo de mobilidade (GAUDEMAR, 1977), que levou essas famílias a deixarem as zonas rurais dos interiores do estado rumo à capital, gerando mudanças na reorganização dos territórios e das atividades econômicas.

⁵ É como são comumente chamadas as Unidades Básicas de Saúde do Programa Médico da Família da Prefeitura de Manaus e Governo Federal.

⁶ Tipo de transporte alternativo suplementar ao transporte coletivo e uma das principais fontes de renda da população das zonas periféricas da cidade.

1.3. A MOBILIDADE TERRITORIAL E DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS DE PRODUTORES RURAIS.

Vejamos, então, de que modo se deram os movimentos migratórios dessas famílias de produtores rurais e a forma como estas estabeleceram as estratégias necessárias à reprodução material e simbólica da vida, a partir do processo de organização social, político e econômico para a manutenção da atividade agrícola em área urbana. Começamos verificando as características do processo de mobilidade que fora praticado pelas famílias de produtores rurais que saíram do interior do Estado do Amazonas, principalmente do município de Iranduba e suas adjacências como a Ilha da Marchateria, Xiborema, Catalão, Baixio, Terra Nova, dentre outras, distantes cerca de 62 Km a oeste da Capital, Manaus, além de outros municípios como Manacapuru, Itacoatiara e Atalaia do Norte e de outros estados como Pará e Maranhão.

Para entendermos essa mobilidade, tomemos como parâmetro os ensinamentos de GAUDEMAR (1977) quando ensina que a mobilidade é, ao mesmo tempo, um sinal e um fator que contribui para o desenvolvimento das economias que, imposta pelo modo de produção capitalista ou desenvolvida como contra-estratégia das lutas populares, ajusta e equilibra os fluxos de produção de mais-valia realizada pelo trabalho produtivo. No caso em questão, temos novamente a busca por novas relações econômicas que romperam com a esfera da circulação dos agentes de comercialização, uma vez que a mobilidade dessas famílias de produtores rurais representou a aproximação entre os produtores da mercadoria, no caso as hortaliças, e o mercado consumidor, a população da zona urbana.

Nesse sentido o autor desenvolve duas idéias que para o nosso trabalho tornam-se centrais: a) a “mobilidade forçada”; e b) as lutas populares que se colocam como contra-estratégia às relações de produção. Em relação à mobilidade forçada, tem-se que esta estimula o êxodo rural a fim de maximizar a satisfação da população do campo e equilibrar os conjuntos sociais, desde que o movimento migratório obedeça ao sentido campo-cidade, nunca o contrário. Para tanto, o modo de produção capitalista encoraja a mobilidade de grupos sociais de origem rural para o meio urbano a fim de facilitar a polarização e controle da mão-de-obra, desenvolvendo a formação profissional e intensificando a “produtivização” do trabalho nos diversos setores de produção direta (setores da indústria e comércio) ou indireta (setores da prestação de serviços).

Essa estratégia foi, sem dúvidas, utilizada no processo de industrialização da região amazônica quando da criação em 1967, da Zona Franca de Manaus (ZFM), hoje Pólo Industrial de Manaus (PIM). É preciso ressaltar aqui, que o incentivo ao êxodo rural praticado pelas indústrias que se instalavam em Manaus foi muito além do recrutamento de mão-de-obra barata e da formação do chamado *exército de reserva*, pois, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) muitas comunidades rurais localizadas nos arredores da capital foram incentivadas a praticarem uma atividade econômica diferente daquelas que a maioria estava acostumada, no caso as atividades extrativistas da caça, da pesca e da coleta silvestre (FRAXE, 2004), uma vez que se fazia imperioso suprir as necessidades de alimentação dos industriários.

Como resultado da própria dinâmica do modo de produção capitalista, com o passar dos anos o setor industrial passou a apresentar sinais de esgotamento no que diz respeito à absorção de toda a mão-de-obra que continuava a migrar das zonas rurais para a zona urbana. A partir de então, começamos a perceber que estes grupos sociais, com características bastante singulares, se vêem obrigados a buscarem novas estratégias de sobrevivência já que o retorno ao campo tornara-se, praticamente inviável, demonstrando, assim, a fragilidade da estratégia utilizada pelo modo de produção capitalista que não foi capaz de antever os limites de suas ações. Mas, como já indicamos, no caso das famílias de produtores rurais que são tema de nosso estudo, os motivos que levaram ao processo de mobilidade da zona rural para a zona urbana se deram mesmo pela vontade e pela necessidade de promover novas relações econômicas na produção e comercialização de determinado produto, qual seja, as hortaliças.

Podemos considerar então, que o caso das famílias de produtores rurais que formaram a Comunidade Agrícola Nova Esperança está mais em conformidade com a mobilidade caracterizada pelas lutas populares que se contrapõem às relações impostas pelo modelo de produção capitalista refletida justamente na necessidade rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização de que as famílias que praticaram o êxodo rural encontravam-se sujeitas. Foi o que aconteceu com as cento e seis (106) famílias de produtores rurais que se instalaram a partir da década de 1990, numa “localidade” que segundo um dos fundadores *ainda pertence à Empresa de Plantações S.A.* e que hoje é denominada de Comunidade Agrícola Nova Esperança. Em relação à utilização do conceito de localidade, verificaremos com maiores detalhes no decorrer do texto.

As famílias da localidade realizaram uma mobilidade territorial, porque mudaram para outra área, e do trabalho, na medida em tiveram de reorganizar o processo de produção das

hortaliças a partir de novas relações econômicas (GAUDEMAR, 1977), numa época em que de um lado o Pólo Industrial de Manaus já se encontrava consolidado, já tinha enfrentado várias crises econômicas e redirecionado suas diretrizes com respeito à utilização de mão-de-obra e, de outro, a cidade passava por um forte processo de crescimento populacional desordenado que deu origem à maioria dos bairros da periferia.

Esses fatores, associados a uma área relativamente propícia ao cultivo de hortaliças devido seu solo arenoso e úmido, fizeram com que essas famílias de produtores rurais se contrapusessem ao modelo de mobilidade forçada do trabalho, caracterizada pela mudança de ofício (no caso, de agricultor para operário) ao se estabelecerem como produtores agrícolas dentro da cidade. Vale ressaltar que a Comunidade Agrícola Nova Esperança não é o único exemplo de uma relação intrínseca entre o rural e o urbano. Temos em Manaus, outros exemplos dessa relação como nos bairros Puraquequara, Coroado e a Colônia Japonesa no bairro Parque 10 de Novembro, mas é na Comunidade Agrícola Nova Esperança que podemos perceber que essa relação entre o rural e o urbano se dá de forma híbrida.

1.4. O ESPAÇO E O LUGAR: RE-CONFIGURANDO A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS HORTALIÇAS.

Outro fator determinante para compreendermos o modo de vida das famílias de produtores rurais que formaram a Comunidade Agrícola Nova Esperança diz respeito à caracterização do espaço e do lugar onde estas se estabeleceram e as que motivaram sua transferência para a cidade. Assim como o processo de mobilidade territorial e do trabalho, a caracterização do “espaço” e da “localidade” onde nosso estudo se realiza, também obedece à busca por novas relações econômicas na esfera da comercialização das hortaliças. Para entendermos melhor esse processo, tomaremos como referencial os ensinamentos de Milton Santos que caracterizou o espaço como um todo constituído e analisado a partir de elementos que possuem funções determinadas que interagem e variam entre si e com o meio em que encontra-se inserido, tais elementos são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas, (SANTOS, 1985).

Desse modo podemos dizer que no caso das famílias de produtores rurais que formaram a Comunidade Agrícola Nova Esperança o espaço físico por ela constituído se apresenta de maneira

que os homens encontram-se divididos entre os produtores rurais, que participam do processo produtivo como fornecedores do trabalho e as crianças e os idosos, que demandam uma quantidade determinada de trabalho que é regulamentado em parte pelas organizações locais (escolas, igrejas e os próprios produtores rurais que produzem bens, serviços e idéias) e pelas instituições que fiscalizam a atividade agrícola (IDAM, SEPROR, por exemplo). Com relação ao meio ecológico, temos que este corresponde à área total que abrange as roças, as residências e demais firmas como as escolas, igrejas, comércios, etc., e que somadas aos ramais que interligam a localidade entre si e esta ao meio externo (os consumidores), também materializam as infra-estruturas. Essa classificação do espaço da Comunidade Agrícola Nova Esperança obedece ao método que o autor indica como fundamental, uma vez que levamos em consideração a especificidade do lugar que determina a valoração dos elementos constituintes daquele espaço.

E, em se tratando da valoração do espaço a partir das especificidades do lugar onde ele se realiza, esta se dá de acordo com uma combinação entre a época e as tecnologias disponíveis que se articulam com o capital e o trabalho. Assim sendo, “cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção particularmente ou modos de produção concretos (...) cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico” (SANTOS, 1985, p. 12). Podemos agora, compreender melhor a ação do que pode ser entendida como a nova geografia que fora imposta na década de 60 pela expansão industrial estimulada pelo Governo Federal e concretizada pela implantação do Distrito Industrial na cidade de Manaus que, ao re-configurar sua estrutura territorial organizou, conseqüentemente, a sua nova espacialidade a partir das especificidades de cada lugar que a compõe. Essa organização reflete um conjunto de normas que regulamentam as variáveis de determinado número de agentes sociais (SANTOS, 1985).

Esses fatores possibilitaram a mobilização de um grupo social determinado, no caso, as famílias de produtores rurais, de uma área rural para outra, urbana, estabelecendo as características de um novo lugar em uma espacialidade específica em que se estabelecem as bases das novas relações econômicas que garantirão o rompimento com a antiga esfera da circulação dos agentes da comercialização das hortaliças, uma vez que o espaço encontra-se em permanente evolução. Essa evolução do espaço esta intrinsecamente ligada à evolução estrutural ocorrida entre os elementos que o compõe. Com respeito à noção de estrutura espacial, esta é entendida como

... uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, p. 17, 1985).

A partir de então temos, que no caso da Comunidade Agrícola Nova Esperança, o espaço encontra-se determinado pelas características de sua localização territorial, por suas técnicas de produção de hortaliças, pela maneira como as famílias de produtores rurais organizam sua produção e distribuição, e como se relacionam com o mercado consumidor. Por conseguinte, todos esses fatores fazem parte de um sistema mais amplo, constituindo uma unidade de sistema que influencia e é influenciado por um sistema mais macro. Assim, o espaço da Comunidade Agrícola Nova Esperança contém e está contido no lugar, que por sua vez,

... constitui na verdade uma fração do espaço total, pois só esse espaço total é o objeto da totalidade das relações exercidas dentro de uma sociedade, em um dado momento. Cada lugar é objeto de apenas algumas dessas relações “atuais” de uma dada sociedade e, através de seus movimentos próprios, apenas participa de uma fração do movimento social total (SANTOS, p. 18, 1985).

Esse movimento social é que garante à Comunidade Agrícola Nova Esperança ser entendida como espaço e um lugar simultaneamente, como nos ensina Tuan (1983), inserida em um território urbano, qual seja o bairro Valparaíso, que por sua vez compõe o conjunto bairros que formam a Zona Leste da cidade de Manaus que, por sua vez, determina a partir da nova geografia da qual já nos referimos, os tipos de relações sociais, econômicas e políticas dos indivíduos que nela habitam. Não podemos deixar de destacar que a escolha do lugar onde se fixaram as famílias de produtores rurais levou em consideração a capacidade daquele espaço em oferecer os meios necessários para garantir o retorno econômico do capital que fora investido, refletidos no tipo de terreno utilizado na plantação, as técnicas de plantio, e as facilidades no escoamento da produção, já que devido à aproximação com o mercado consumidor e à nova localização (inserida no meio urbano), essas famílias não dependem mais dos meios de transportes fluviais e sim dos terrestres.

Esses fatores também ajudam a justificar porque as famílias optaram por se instalar naquele lugar e não em outro qualquer da cidade.

Dessa forma, a instalação de um lugar com características rurais - devido sua atividade econômica, a produção de hortaliças - dentro de um espaço urbano - o bairro Valapaíso - é consequência e reflexo da rigidez com que se consolidaram os capitais fixos na cidade de Manaus através de seu Pólo Industrial, fruto das novas exigências técnico-científicas da sociedade moderna. Consequência, porque demandou da necessidade de abastecimento do consumo das hortaliças que compunham a dieta de parcela significativa da população envolvida no setor industrial e reflexo, na medida em que suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais passam a seguir o mesmo ritmo daquelas praticadas na cidade. Esses fatores explicam, também, os processos de fluxo das mercadorias produzidas, no caso, as hortaliças, haja vista que estes, aumentam de acordo com o aumento da demanda do mercado consumidor de hortaliças, exigindo daquelas famílias de produtores rurais maiores investimentos, técnicos e organizacionais que melhorem a sua produção.

Podemos, dessa forma, apontar as roças, que neste trabalho optamos chamar de “roças urbanas”, as residências, que na grande maioria das vezes encontra-se localizada fora dos espaços de produção, os bares, a loja de materiais e acessórios agrícolas, a sede da Associação dos Produtores rurais, etc., como os espaços fixos da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Os seus fluxos se dão, principalmente, pelo movimento realizado na comercialização das hortaliças (sua colheita, transporte, comercialização nos mercados e feiras, até seu consumo final), na reposição e aquisição de novos de equipamentos, bem como nas necessidades de consumo das mercadorias externas, etc., sem, contudo, deixar de frisar que os fixos e os fluxos são categorias que tem por característica se alterarem mutuamente (SANTOS, 1994).

Essa relação metamórfica entre fixo e fluxo, nos remete à observação das relações que os indivíduos mantêm tanto com espaço quanto com o lugar a que pertencem. Aliás, essa noção de pertencimento traz à tona importância de buscar compreender o processo de identificação ocorrido entre as famílias de produtores rurais e formação da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Para tanto, recorreremos aos ensinamentos de Yi-Fu Tuan (1983), porém, nesse primeiro momento, nos deteremos apenas a fazer uma breve distinção de como o autor compreende essa relação dos indivíduos com o palco onde se desenrola a vida cotidiana.

Nesse momento, importa saber que o espaço é entendido como a possibilidade de liberdade, já o lugar significa segurança (TUAN, 1983). Ou seja, o espaço das roças urbanas traz, para as famílias de produtores rurais da Comunidade Agrícola Nova Esperança, a possibilidade de continuarem livres para praticarem a atividade econômica que sempre dominaram ao mesmo tempo em que podem explorar e se relacionar com novos lugares, no caso, o meio urbano, com maior facilidade. Essa liberdade se torna possível, justamente porque essas famílias de produtores rurais têm com o lugar onde vivem, um sentimento de segurança, haja vista que é nele que estão a casa (refúgio, sossego), a roça (garantia de subsistência), as Escolas (possibilidade de ascensão social), as Igrejas (realização espiritual), o Bar e o campinho (possibilidade de sociabilização e lazer), etc., para onde sempre retornam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dissemos, somente após a completa análise dos dados empíricos é que será possível aprofundarmos essas questões e mesmo não sendo possível indicar conclusões definitivas, algumas constatações já podem ser evidenciadas. A primeira delas é que as discussões a respeito das atuais relações entre campo e cidade ainda apresentam informações bastante conflitantes, principalmente no que tange a uma definição mais concreta dos fenômenos que realmente determinam esses espaços. Isso fica evidente quando se observa que mesmo após uma incisiva e marcante expansão da cidade sobre o campo, traços eminentes da modernidade, não se pode, como inclusive preconizaram alguns clássicos, determinar a extinção do mundo rural.

Ao contrário, o que se observa é que essa relação entre campo e cidade ainda permite, e continuará permitindo, a co-existência entre estes em face do grau de interdependência entre ambos. Apesar de parecer evidente, esse fato por vezes é posto de lado, principalmente quando os dados dos órgãos oficiais dão conta de enfatizar a urbanização do País como determinante do estágio de modernização. Mas, na contramão desses indicadores, surge como alternativa econômica, como

possibilidade real de rompimento com a esfera da circulação de mercadorias predominante, a produção de hortaliças no interior da zona urbana de uma das mais estratégicas capitais da Amazônia e do Brasil.

Amalgamando *ethos*, gostos, estilos e costumes rurais e urbanos, e re-estruturando as disputas no campo social, através das novas estratégias tanto de produção quanto de organização espacial e local, que resultam na construção de um modo de vida *híbrido*, este estudo buscou demonstrar é que a vida das famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança além de servir de exemplo, aponta para a necessidade de revisão das estratégias que até então vigoram no País, que buscam muito mais a determinação da importância seja da cidade, ou seja, do campo, que a viabilização da expansão daquelas estratégias.

Referências

- o **BOMBARDI, L. M.** O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa. São Paulo: Anablume, 2004.
- o **BOURDIEU, P.** *O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais*. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

- o _____ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- o _____ *Esboço de uma teoria da prática*. In ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
- o _____ *O campo científico*. In ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
- o _____ *A economia das trocas simbólicas*. 3º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- o **COSTA, S. P e DOURADO, S.P.** *Apontamentos para uma leitura de Georg Simmel*. Maringá: DIÁLOGOS, vol. 3, nº 03, p. 291 – 308, 1999. Disponível em
- o <http://www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=170&article=59&mod=pdf>, acessado em 15/01/2009.
- o **FRABETTI, G. L.** *Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios*. São Paulo: Revista Agrária, nº 05, p. 139 – 169, 2006. Disponível em
- o http://www.geografia.iffch.usp.br/revistaagraria/revista/5/7/Frabetti_G_L.pdf, acessado em 15/01/2009.
- o **FRAXE, T. J. P.** *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Anablume, 2004.
- o **GALDEMAR, J. P.** *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1977.
- o **HÉBETTE, J, MOREIRA, E. S.** *Situação social das áreas rurais Amazônicas*. Recife: Cadernos de Estudos Sociais da fundação Joaquim Nabuco (Recife-PE), vol. 2, p. 383 – 405, 1996. Disponível em
- o <http://www.fundaj.gov/geral/textos%20online/Amazônia/jean.pdf>, acessado em 15/01/2009.
- o **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *CENSO 2000*. Governo Federal – Brasília, 2009.
- o **IDAM** – Instituto de desenvolvimento Agrário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. *Curso de Olericultura para Comunidades Agrícolas de Manaus*. Unidade Local/IDAM. Manaus, 2008.
- o **LEFREBvre, H.** *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- o **MARX, K.** *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- o **SANTOS, M.** *Espaço e Método*. São Paulo: NOBEL, 1985.

- o **SEPLAN** – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas. *Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus*. Amazonas, 2006.
- o **SILVA, J. G. DA.** *O novo rural brasileiro*. 2ª Ed. rev. Campinas: UNICAMPI. IE, 1999.
- o **TUAN, Y.** *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.
- o **VEIGA, J. E. DA.** *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.